

“A GLORIOSA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ”: MASCULINIDADE E IDENTIDADE INSTITUCIONAL (SÉCULO XX)¹

*“GLORIOUS MILITARY POLICE PARANÁ”:
MASCULINITY AND INSTITUTIONAL IDENTITY (XX CENTURY)*

*“LA GLORIOSA POLICÍA MILITAR DE PARANÁ”:
MASCULINIDAD E IDENTIDAD INSTITUCIONAL (SIGLO XX)*

Andréa Mazurok Schactae²

Resumo: O estudo da construção da identidade de uma instituição policial militar, organizada pela hierarquia e disciplina, é um passo importante para o conhecimento das construções históricas de gênero e para a historiografia brasileira. Uma instituição que representa o Estado e o seu poder armado é construtora de identidades de gênero, as quais são legitimadas pelo poder e pela tradição. Portanto, o objetivo desse artigo é analisar a construção da identidade da Polícia Militar do Estado do Paraná, ao longo do século XX, a qual é definidora de um ideal de masculinidade. Um ideal que orienta a construção de identidades subjetivas e práticas de agentes sociais. Para orientar a reflexão destacam-se as contribuições teóricas de P. Bourdieu, J. Scott e R. Connell. Vale destacar, que as fontes utilizadas nesse artigo são documentos institucionais, entre os quais discursos comemorativos e leis.

Palavras-chave: masculinidade, identidade, instituição policial militar, gênero

Abstract: The study of the construction of the identity of a police institution, organized by hierarchy and discipline, is an important step towards the understanding of historical constructions of gender and the Brazilian historiography. An institution that represents the state and its armed power is construction of gender identities, which are legitimized by the power and tradition. Therefore,

¹ Esse artigo é uma adaptação da segunda parte do capítulo 2 da tese de doutorado de título: “Fardas e batons, armas e saís: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná (1977-2000)”. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Agradeço a orientação da Dra. Ana Paula Vosne Martins, bem como, a todos que contribuíram para realização da pesquisa e redação da tese. Também agradeço o apoio financeiro da Capes.

² Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2003) e doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2011). Realizou missão de estudos na modalidade de bolsa de doutorado sanduíche na Universidad de Holguín (2010), integrando as atividades do Projeto CAPES/MES-CUBA. Email aschactae@gmail.com

the aim of this paper is to analyze the construction of the identity of the Military Police of Paraná State, throughout the twentieth century, which is a defining ideal of masculinity. An ideal that guides the construction of subjective identities and practices of social agents. To guide the reflection highlight the theoretical contributions of P. Bourdieu, J. Scott and R. Connell. It is worth noting that the sources used in this article are institutional documents, including celebratory speeches and laws.

Keywords: masculinity, identity, military police institution, gender

Resumen: El estudio de la construcción de la identidad de una institución policial militar, organizada por la jerarquía y disciplina, es un paso importante para el conocimiento de las construcciones históricas de género y para la historiografía brasileña. Una institución que representa el Estado y su poder armado es constructora de identidades de género, la cuales son legitimadas por el poder y por la tradición. Por lo tanto, el objetivo de ese artículo es analizar la construcción de la identidad de la Policía Militar del Estado de Paraná, al largo del siglo XX, la cual es definidora de un ideal de masculinidad. Un ideal que orienta la construcción de identidades subjetivas y prácticas de agentes sociales. Para orientar la reflexión se destacan las contribuciones teóricas de P. Bourdieu, J. Scott y R. Connell. Haz necesario destacar, que los fuentes utilizadas en ese artículo son documentos institucionales, entre los cuales discursos conmemorativos y leyes.

Palabras-clave: masculinidad, identidad, institución policial militar, género

Um olhar orientado por Clio: opções teóricas e a construção do objeto

No ano de 1998 a Polícia Militar do Estado do Paraná comemorou 144 anos de existência. Na Ordem do Dia de 10 de agosto, destinada à solenidade em comemoração ao aniversário da instituição, foi divulgado o discurso do Comandante Geral – publicado no Boletim Geral n. 3, com o objetivo de ser lido em todos os quartéis, onde foi realizada a solenidade. O texto apresenta uma narrativa da história da instituição, na qual se rememora o ato de criação da Polícia Militar do Paraná, datado de 10 de agosto do ano de 1854, e estabelecido pelo Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góis e Vasconcelos. Conforme consta no documento, ele “fez germinar, através da Lei n. 7, o embrião de uma Corporação [...]”. Ao longo do texto, acontecimentos da história do País e do Estado do Paraná (Guerra do Paraguai, Revolução Federalista, Guerra do Contestado e os acontecimentos de 1924, 1926, 1930, 1932 e 1964) são lembrados como marcos em que se revelaram atitudes de coragem, sacrifício, sentimento patriótico, bravura, força e combate dos heróis do passado. Convoca-se aos profissionais do presente, aos quais, segundo o discurso, pertence a “missão de honrar o legado de glória” do passado, daqueles que sentiram “a glória de vestir essa

indumentária que imediatamente se incorpora à própria pele.” O documento também se refere ao “infalível instinto maternal” das policiais femininas e aos “braços fortes dos homens” da instituição. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Geral n.03, 1998)

O discurso citado, datado do final do século XX, é constituído a partir de uma história e de uma identidade institucional, as quais se complementam. A narrativa da história institucional orienta a construção de uma identificação, bem como, esta é norteadora da construção da narrativa, que apresenta a trajetória da instituição da sua criação aos dias atuais. À construção dessa trajetória institucional, que é definidora de uma identificação, vincula-se também duas solenidades institucionais, uma em homenagem ao Patrono das Polícias Militares e Civis Brasileiras e outra ao Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Vale destacar que, com base nas Ordens do Dia consultadas (do ano de 1927 até o ano 2000)³, a presença das policiais femininas na instituição é encontrada unicamente no documento citado e em outro, do ano de 1979.

Observa-se que a Polícia Feminina que foi instituída no espaço da Polícia Militar do Estado do Paraná, no ano de 1977⁴, não é citada nas comemorações institucionais, pois a presença de mulheres nessa instituição é uma contradição. O ideal de masculinidade é o norteador da construção da identidade institucional e a presença do sexo feminino rompe com a ordem estabelecida pela tradição.

A diferença entre as características identificadoras da Policial Feminina e do Policial Masculino, destacadas no ano de 1995, é orientada pela identidade institucional. A leitura das Ordens do Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná permite perceber que as instituições policiais militares são comunidades imaginadas. Segundo Benedict Anderson “todas as comunidades maiores que as aldeias primordiais onde havia contacto cara a cara [...] são imaginadas.” (ANDERSON, 2005, p. 26) As construções discursivas – monumentos, cerimônias, símbolos, língua, história, memória, texto – ordenam e constroem uma homogeneidade nas comunidades imaginadas, que ocultam a heterogeneidade e as contradições existentes na coletividade. Entre os discursos construtores das comunidades imaginadas estão as referências simbólicas que são partes dos seus “imaginários sociais”, pois conforme Bronislaw Baczko, é “através dos imaginários sociais [que], uma coletividade designa a sua identidade [...]” (BACZKO, 1985, p. 309)

³ As Ordens do Dia estão preservadas no Arquivo Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, porém o conjunto documental não está completo, pois faltam discursos.

⁴ Em 19 de abril de 1977, o Governo do Estado do Paraná, criou o Pelotão de Polícia Feminina, segundo as normas ditadas pela Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) e pela Escola Superior de Guerra. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Boletim Geral, n. 078, 27 de abril de 1977, p.03-04.

O estudo da construção da identidade de uma instituição policial militar organizada pela hierarquia e disciplina é um passo importante para o conhecimento das construções históricas e sociais de gênero e para a historiografia brasileira. Uma instituição que representa o Estado e o seu poder armado é construtora de identidades de gênero legitimadas pelo poder e pela tradição.

As instituições militares e policiais militares, constituídas em comunidades imaginadas, produzem ao longo do tempo uma ordem que confere aparente unidade à coletividade. As solenidades e os símbolos institucionais são parte da identidade da instituição e tendem a ocultar as diferenças institucionais e as múltiplas identidades assumidas pelos agentes institucionais em suas experiências de vida. No entanto, também são construtoras de diferenças, pois adaptam e reproduzem um ideal de masculinidade que é vinculado a uma concepção de honra identificadora do militar e dessas instituições.

Portanto o objetivo desse artigo é analisar a construção da identidade da Polícia Militar do Estado do Paraná, ao longo do século XX. Uma identidade que tende a afirmar um ideal de masculinidade, o qual é caracterizado por um movimento paradoxal que tende a ocultar e afirmar as diferentes masculinidades que constituem a instituição, bem como, tende a excluir os agentes femininos da memória institucional.

As fontes utilizadas são os Boletins Gerais e os Boletins Especiais referentes às comemorações institucionais ao longo do século XX, e a legislação que regulamenta as cerimônias militares na Polícia Militar do Estado do Paraná. A consulta aos Boletins Gerais da primeira metade do século XX permitiu localizar o início das comemorações de Aniversário da Polícia Militar. A leitura desses discursos foi necessária para se perceber quais características identificadoras da instituição tendem a ser reproduzidas ao longo desse século.

Os conceitos de comunidades imaginadas, de tradições inventadas, de masculinidade hegemônica e de identidade, articulados com a proposta de Joan Scott de utilizar o gênero como categoria de análise⁵ (SCOTT, 1995), estão norteando o estudo da construção da identidade da Polícia Militar do Estado do Paraná. Para Joan Scott as identidades coletivas imutáveis e homogêneas são invenções que tendem a ocultar as descontinuidades na história, os conflitos e as diferenças, logo são imaginárias. (SCOTT, 2002) Ainda assim, orientam a constituição de subjetividades e das diferenças de gênero.

⁵ Sobre a noção de gênero como conceito e categoria ver: FREITAS, James Deam Amaral. Continuidades e rupturas nos estudos de gênero – historiografia de um conceito. OPSIS - Revista do Curso de História/UFG/CAC, Catalão, v. 11, n. 1, p. 15-30, 2011. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 77-98, 2005. MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogos: classe e gênero. História Social, Campinas, SP, n. 4/5, p. 135-156, 1997/1998.

O conceito de identidade como uma construção social é central para analisar o discurso da Polícia Militar do Estado do Paraná sobre o feminino, uma construção relacional permeada por tensões, contradições e permanências, que produz múltiplas identificações pelas relações e apropriações que estabelecem os sujeitos. Ao pensar o processo de construção social e incorporação da identidade em um espaço socialmente construído, Pierre Bourdieu (1996; 1998; 2007) aponta para a tendência de reprodução das relações sociais e dessa forma dos sistemas simbólicos e das identidades.

A categoria gênero problematiza o conceito de identidade a partir da multiplicidade de significações das diferenças e das permanências. Dessa forma os seus significados só são percebidos quando pensados historicamente, isto é, localizados em um espaço que é uma construção temporal e cultural.

Para as pesquisadoras Luz Gabriela Arango, Magdalena León e Mara Viveros (1995), a categoria gênero é fundamental para problematizar a construção das identidades de gênero, as quais são construídas historicamente e por relações que estabelecem diferenças. Portanto, para as pesquisadoras a análise das construções das identidades femininas e masculinas são construções relacionais e mutáveis. Esses aspectos são constituintes do conceito de gênero, entendido como categoria analítica, o qual permite problematizar as construções culturais e simbólicas das feminilidades e masculinidades.

Considerando que as identidades coletivas se apresentam como imutáveis, elas orientam a construção de subjetividades e tendem a reproduzir relações sociais, pois são constituídas por símbolos, práticas, valores e condutas que identificam o grupo. Nas instituições armadas, as identidades coletivas são constituídas por um ideal de masculinidade. Para R. W. Connell, existe uma “hegemonia masculina” (CONNELL, 1997; 1995) nos espaços de poder nas sociedades ocidentais. Um modelo de masculinidade caracterizado por práticas, valores e relações que identificam um ideal de masculinidade, que varia em relação ao tempo e aos espaços sociais. A característica central desse conceito, afirma o autor, é a pluralidade de masculinidades e a hierarquia de gênero – estabelecida entre as masculinidades e entre um modelo de masculinidade e outro de feminilidade. Sendo assim, as relações que se estabelecem entre o modelo hegemônico de masculinidade identificador de uma instituição e as outras masculinidades e as feminilidades são caracterizadas pela subordinação e pela marginalização.

O aparato simbólico construído pelo Estado e por suas instituições de poder tende a reafirmar o masculino enquanto poder dominante na esfera pública. Os heróis e as instituições militares ganham destaque e são marcados por características identificadoras de uma masculinidade hegemônica. Para Robert Connell, a masculinidade hegemônica caracteriza-se pelas masculinidades militares, construídas ao longo do século XIX e do século XX, as quais orientam a edificação de ideais de hombridade nas sociedades ocidentais. (CONNELL, 1997; 1995)

As solenidades comemorativas da Polícia Militar do Estado do Paraná, que são partes de um conjunto de atividades que compõem as comemorações institucionais – palestras, competições esportivas, bailes, jantares, etc. – são aqui analisadas como tradições inventadas, utilizando o conceito de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm⁶, pois ritualizam as normas de comportamento, os valores e as atitudes identificadores da instituição e do policial militar. Vale completar, que essas “tradições inventadas” orientam a construção de identidades de gênero. Como parte da solenidade, as Ordens do Dia apresentam a instituição e os heróis como portadores de uma identidade permanente, e recorrem ao passado para legitimar a identidade institucional, a qual também se apresenta como imutável.

Nas instituições militares e policiais militares a diferença é necessária para a construção da hierarquia e da disciplina, que são norteadoras da identidade coletiva da instituição. Assim, as solenidades, ao constituírem uma identidade homogênea marcada pela permanência das características identificadoras do militar, também afirmam a diferença ordenada pela hierarquia e pela disciplina.

Os discursos de 10 de agosto: a honra e a glória das ações heróicas

Na consulta aos Boletins Gerais da Polícia Militar foi localizado o primeiro discurso do Comando Geral, publicado por ocasião das comemorações do Aniversário da instituição, que data de 10 de agosto de 1934. Possivelmente, foi a primeira vez que os policiais militares comemoraram o aniversário da instituição e a solenidade foi marcada pela leitura da Ordem do Dia e pela realização de uma formatura militar.

Ao longo do século XX, as Ordens do Dia comemorativas ao Aniversário da instituição policial militar do Estado do Paraná apresentam narrativas sobre a história da instituição que a vincula à Companhia de Força Policial, criada pelo Presidente da Província do Paraná em 10 de agosto de 1854, e ao Exército Brasileiro, bem como a outros fatos da história do País, como a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista, a Guerra do Contestado, a Revolução de 1924, a Revolução de 1930, a Revolução de 1932, a Revolução de 1964⁷ e outros fatos ligados às narrativas da história da instituição.

A primeira Ordem do Dia destinada à solenidade de Aniversário da Polícia Militar do Paraná, marca a construção de uma história oficial e o combate norteia as narrativas dessa história ao longo do século XX. O passado, que é narrado nas Ordens do Dia no transcorrer do século, adapta,

⁶ “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” (HOBSBAWM;RANGER, 1997, p. 9)

⁷ Utilizam-se aqui as nomeações dos fatos segundo os documentos consultados.

legítima e reproduz as características identificadoras da instituição. A referência ao século XIX, que é recorrente nos documentos, vincula a instituição policial do presente ao passado e a criação do Estado do Paraná, indicando que os seus valores também pertencem ao estado.

Ao destacar o “espírito de ordem e de disciplina” (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Geral n. 181, 1934) dos policiais militares participantes da solenidade, do ano de 1934, e a atitude dos Oficiais, conforme consta na Ordem do Dia, o Comandante Geral afirma os pilares que organizam a instituição: a ordem, a disciplina e a hierarquia. O passado é invocado para legitimar essas características e as narrativas que apresentam o passado glorioso da polícia paranaense, destacam as virtudes dos superiores hierárquicos. Também vale destacar que a identidade de militar figura como central nesse discurso, conforme afirmou o Comandante Geral

[...] tem a gloriosa e brava Milícia Paranaense, [...], um passado cheio de sacrifícios e de serviços prestados ao Estado e à Nação, quer nos trabalhos de Paz, quer nas lutas intestinas, em algumas das quais perecemos, com sentimento de pundonor patriótico e com abnegação, [...].

Faltaria por isso, a um sagrado dever, dever de militar e de cidadão, se não exarasse, neste Boletim, [...], esses sacrifícios de pretérito, consubstanciando nos Comandantes sacrificados, a página mais obscura, porém real, de heroísmo, de bravura, de abnegação de todos os seus soldados que tiveram, [...], o ânimo de sacrifício patenteado pelo seu Chefe. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Geral n. 181, 1934)

A existência da instituição e de seu passado glorioso está vinculada à figura dos comandantes. É nas virtudes dos comandantes do passado que se construiu a instituição, assim as características identificadoras da instituição se confundem com as dos seus comandantes do passado e as atitudes dos subordinados resultam das virtudes do seu comandante. Esta construção destaca que a glória e a bravura pertencem à instituição e os comandantes são os legítimos representantes dessas virtudes institucionais.

Na Ordem do Dia do ano de 1936 essa herança deixada pela ação virtuosa dos comandantes e seus subordinados é qualificada como honrosa. Uma honra que aparece vinculada à identidade de militar, segundo o documento herdado do Exército, à tradição, à glória, à disciplina, à bravura e ao heroísmo. Um conjunto de valores e atitudes que foram encarnados por dois comandantes do passado, o Coronel Gualberto e o Coronel Dulcídio. Todavia, estas virtudes de ambos os coronéis só pertencem aos subordinados ao serem reconhecidas pelo comandante, o guardião legítimo do “espírito institucional”. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Geral n. 180, 1936)

Assim, a identidade da instituição policial militar só é percebida quando os valores que a identificam são apontados como incorporados por seus agentes, com destaque para os comandantes. Para ter legitimidade, os valores e virtudes, identificadores da instituição, encarnam-se em figuras históricas que se constituem em símbolos – os comandantes heróis – e que honraram os símbolos da instituição que lhes foram cedidos – a farda e a espada –, pois conforme afirmações do Comandante Geral, proferidas de 10 de agosto de 1936,

[...], a tradicional Polícia Militar do Paraná, de um pretérito pleno e de estóica bravura, inúmeras vezes patenteada no campo de luta, em um dos quais tombam em holocausto heróicos COMANDANTES E COMANDADOS. [...]

Basta que invoquemos os vultos inolvidáveis, grandiosos e inconfundíveis de Dulcídio e Gualberto, para termos exemplo vivo e ainda hoje palpitante, do quanto afirmamos: comandantes em diferentes momentos históricos pereceram no teatro das operações, espada flamejante em punho, empenhados nos mais renhidos enteveros, que a história brasílica nos dá notícia, e que a nossa corporação registra e focaliza como exemplo de bravura e de heroísmo, para que o presente e o futuro guardem religiosamente, no sacrário do peito, a recordação do PASSADO. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Geral n. 180, 1936)⁸

O passado é o lugar da glória da instituição. O combate e a morte em combate constituem a glória do herói e esta é transferida para a instituição, que se torna herdeira das virtudes e das atitudes dos seus comandantes e comandados, utilizando-se o termo contido no documento e que identifica os agentes institucionais. Segundo o estudo de Jean-Pierre Vernant, a morte em combate é identificadora da glória do guerreiro na Grécia Antiga (VERNANT, 1992, p. 33-41). Sendo assim, a narrativa de um passado heróico da Polícia Militar é uma construção que adapta as narrativas do passado institucional a um imaginário, que constitui um significado para a glória dos comandantes, Coronel Dulcídio e Coronel Gualberto. Esses coronéis são citados como modelos a serem seguidos e são os primeiros heróis policiais militares lembrados nas comemorações do aniversário da instituição.

No ano de 1937, o discurso do Comando Geral construiu uma narrativa que apresenta aos policiais militares a história da corporação, desde sua origem, no ano de 1854, até o ano de 1937. No primeiro parágrafo, o documento apresenta as várias denominações da corporação: Companhia de Força Policial, em 1854; Corpo Militar de Polícia, em 1891; Regimento de Segurança, em 1892; Força Militar do Estado, em 1917; e, por fim, Polícia Militar do Estado do Paraná. O nome atual da instituição é apresentado,

⁸ Conforme o original.

na Ordem do Dia, como revelador da fidelidade, da herança militar e da glória conquistada nos combates. Na continuação, a instituição é descrita atuando em combates para defender a Pátria e a sua atuação “como auxiliar do glorioso Exército Nacional” (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Geral n. 180, 1936) é ressaltada. Portanto, a Ordem do Dia legitima a sua identidade militar e a sua tradição marcada pela glória e pela bravura.

Essa narrativa fundadora construída na década de 1930 e que relaciona a corporação com acontecimentos da História Nacional, destacando os combates, a ação dos heróis e dos outros combatentes, é mantida nos textos comemorativos das décadas de 1970, 1980 e 1990. É o que se observa na narrativa do passado da instituição, presente no discurso do ano de 1978.

Encontramo-la em 1865, integrando com seus homens o Corpo de Voluntários da Pátria, marchando contra o Ditador Solano Lopes, na Guerra do Paraguai.

Divisamo-la na Revolução Federalista, lutando bravamente no Cerco da Lapa, em cuja resistência perdeu grande parte do seu efetivo e um dos seus mais valorosos Comandantes: o herói Coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Em 1912 surge no sul do Estado, na região limítrofe com Santa Catarina, um grupo de fanáticos liderados pelo Monge José Maria, que com seus ‘doze pares de França’ pretendia criar um império caboclo, [...]. Fundamentado nas crenças de homens rudes, o monge conflagrava o Contestado e, [...], uma vez mais, exigiu a história o sacrifício de nossos homens.

Outro Comandante de nossa Corporação perecia, agora nos Campos do Irani: João Gualberto Gomes de Sá Filho, que com um grupo de bravos, sucumbiu ao ataque violento [...].

Outras revoluções se sucederam. Em 1924, 1930 e 1932, inúmeros foram os combates. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Especial n. 3, 1978)

O tempo da guerra e do combate é, nessa narrativa, o tempo da glória dos heróis que morreram lutando. A rememoração desses acontecimentos históricos, que são narrados como espaços onde se reconhecem virtudes identificadoras do policial ideal, constrói para a comunidade imaginada uma fantasia de imutabilidade das virtudes identificadoras da instituição. A construção da honra da instituição é vinculada às virtudes do guerreiro, destacadamente dos comandantes. Uma construção que estabelece uma hierarquia de honra, constituindo diferenças entre o superior e o subordinado, e que por outro lado não reconhece a honra no outro, naquele que está fora da instituição cujas atitudes afetam a ordem.

Porém, vale destacar que nesta Ordem do Dia tanto o outro, que aparece qualificado na narrativa como rude, violento e fanático, detém

das virtudes e dos valores nobres da instituição, quanto o militar, são identificados como homens. Assim, como se percebe pela leitura das Ordens do Dia em homenagem ao Tiradentes, a partir da década de 1960 os agentes institucionais que antes eram identificados como milicianos, soldados, policiais militares, guerreiros, comandantes e comandados, passaram a ser também identificados como homens. Essa vinculação da violência, das armas e do combate aos homens, legitima esses lugares como identificadores de masculinidades e como pertencentes ao sexo masculino.

As adaptações nas narrativas da história institucional também indicam que a instituição assume diferentes imagens, ao longo do século XX. Todavia, os valores e as atitudes que identificam a instituição – glória, heroísmo, bravura, força, coragem, valentia, sacrifício, combate, abnegação, disciplina, ordem, hierarquia – e foram encarnados nos heróis, constituindo a honra da instituição, são apresentados nas Ordens do Dia como imutáveis. Assim, a instituição constitui uma identidade coletiva que se apresenta como permanente e é exibida como uma herança deixada pelos heróis institucionais, os quais são herdeiros das virtudes e valores de guerreiros do passado.

A leitura das Ordens do Dia permite perceber que os heróis são declarados herdeiros e transmissores das características identificadoras da instituição. Na Ordem do Dia comemorativa ao Aniversário da Polícia Militar no ano de 1947, tal herança está vinculada aos guerreiros espartanos. Conforme se observa nesse documento, o Comandante Geral evoca os heróis para nortear as atitudes dos agentes institucionais, com a seguinte afirmação:

[...] que esses rasgos de heroísmo e sacrifício nos iluminem o pensamento e fortifiquem o espírito; que a augusta e tutelar lembrança desses heróis, inspire nossas ações, [...] para que sejamos dignos das gloriosas tradições, legadas por esses modernos legionários de Esparta. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Especial, 1947)

Em meados da década de 1980, esse legado de tradições é identificado com o sacerdócio e aos ideais da cavalaria da Idade Média, isto é, do guerreiro sacerdote. Assim, conforme o documento, os heróis institucionais “fizeram da profissão um verdadeiro sacerdócio [...], tingindo com o rubro de seu sangue o chão querido da Pátria que os viu nascer” (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Especial, 1984). No final da década de 1990, o legado dos heróis é, segundo palavras do Comandante Geral, o dos “profissionais altruístas” que seguem com “[...] a difícil missão de honrar o legado de glória que nos foi deixado” (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Especial, 1998). Esses três fragmentos de discursos apresentam diferentes heranças para legitimar um ideal de Policial Militar, cuja construção, entretanto, é sempre norteadas por valores

como a glória, o heroísmo e a tradição. Assim, a honra do Policial Militar, seja ele identificado ao guerreiro espartano, ao sacerdote ou ao profissional altruísta, vincula-se à tradição, à glória e ao heroísmo. Para manter essa herança a instituição precisa construir herdeiros capazes de perpetuar a identidade de milicianos das araucárias – nomeação que surge nas Ordens do Dia da década de 1980.

No ano de 1984, durante a segunda comemoração de aniversário da corporação após o retorno do Comando Geral para os coronéis da Polícia Militar, o Comandante confirma a instituição como herdeira de uma tradição oriunda do Exército.

Organizada a corporação, através da Lei n. 07, de 10 de agosto de 1854, com o nome de Companhia da Força Policial, [...]. Seu primeiro Comandante foi o Capitão de 1.^a linha do Exército, Joaquim José Moreira Mendonça. [...]

Ao nos reportarmos aos Ex-comandantes, devemos dar ênfase especial ao período que nos antecedeu, quando tivemos a honra de ter no Comando da Organização, oficiais do mais alto gabarito do Exército Nacional, os quais internalizaram nossos problemas, assumiram nossa causa, e se tornaram de corpo e alma milicianos das araucárias. [...]. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, Boletim Especial n. 3, 1984)

O discurso confirma uma ligação entre as duas instituições armadas desde a origem da Polícia Militar do Paraná. Todavia, além da ligação entre Exército e Polícia Militar do Estado do Paraná, o discurso do Comandante afirma a existência de uma identidade de “miliciano das araucárias”, a qual supostamente foi assumida pelos Oficiais do Exército.

A referência à existência de uma identidade ou de um espírito militar de Policial Militar das araucárias, – apropriando-se da concepção de espírito militar presente nas instituições militares e da nomeação dada pelo Comandante Geral – indica uma crise de identidade. Em um processo de transição do poder institucional – com o cargo de Comandante Geral retornando para os Oficiais da Polícia Militar –, emerge a necessidade de afirmar a instituição como herdeira de uma tradição oriunda do Exército, mas possuidora de um passado que a diferencia do Exército e das demais polícias militares. A afirmação de que a Polícia Militar do Paraná possui um espírito de miliciano das araucárias – ou, conforme a Ordem do Dia, uma alma de miliciano das araucárias – é indicativa de que a instituição buscava estabelecer uma diferença entre ela e as outras instituições militares, bem como alterar sua imagem.

Na década de 1990, além das solenidades comemorativas, surge outra construção discursiva que legitima e reproduz a identidade institucional: os livros que narraram a história da Polícia Militar do Estado do Paraná. Entre o final da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, foram

publicados capítulos da história da Polícia Militar do Paraná.⁹

As obras confirmam as narrativas das comemorações do início do século XX, a instituição é um espaço de homens militares que deram o sangue pela Pátria e pelo Estado. Todavia, esses livros são indicativos da necessidade da instituição em afirmar sua identidade de militar. Mais uma vez, a referência a um passado de glória e da honra é utilizado para legitimar as características e os valores identificadores da instituição e dos seus agentes, os quais são apresentados como permanentes.

Ao longo do século XX as Ordens do Dia construíram uma identidade para a Polícia Militar do Estado do Paraná, vinculada à de Militar e à identidade nacional. As narrativas da história da instituição estão ligadas a acontecimentos da história nacional, nos quais se destacam as ações de homens militares e honrados. A participação das mulheres é excluída das narrativas, pois na história escrita pela instituição à guerra é o espaço de homens, e a nação foi construída por homens que empunharam espadas e armas de fogo pela liberdade, ordem e segurança da nação e do povo.

Embora nesses discursos existam características que estão relacionadas aos diferentes contextos em que foram escritos, as virtudes e os valores da instituição, que se tornam visíveis nas atitudes dos policiais, principalmente dos heróis e dos comandantes, são apresentados como permanentes. Assim, as solenidades institucionais atuam como construtoras, reprodutoras e legitimadoras de uma concepção de honra militar, que é apresentada como imutável desde a Grécia Antiga, e coloca as virtudes e valores dos militares como superiores aos dos outros. Como é pelas virtudes que um homem se torna digno de honra e a honra individual existe enquanto reconhecida pelos outros, nas instituições militares elas pertencem à coletividade e está incorporada à hierarquia. O comandante é um representante legítimo da honra institucional, com poder de distribuir honras (condecorações e elogios) e de punir os agentes que com suas atitudes afetam a honra institucional. Sendo assim, as virtudes militares são definidoras de masculinidades.

⁹ ROSA, J. Combate do Irani. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1998. ROSA, J. Campanha do Contestado. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1998. ROSA, J. Epopéia da Lapa: ação heroica da Polícia Militar do Paraná em defesa do regime republicano (1893-1894). Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1999. ROSA, J. Guerra do Paraguai. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2000. ROSA, J. Revolução de 1924. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2001. ROSA, J. Revolução de 1930. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2002. ROSA, J. Revolução de 1932. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2004.

A cerimônia de Aniversário: a incorporação e afirmação da honra

As solenidades permitem visualizar a distribuição da honra institucional, como se pode observar pelos lugares ocupados pelos agentes na ordem institucional. A ordem da tropa e dos comandantes durante a solenidade é uma apresentação dos valores da Instituição. O observador reconhece os lugares de honra, que definem a diferença entre o superior hierárquico e o subordinado.

Norteadas por uma legislação do ano de 1949, a qual permanece em vigor até os dias atuais, as solenidades, da Polícia Militar do Estado do Paraná se destacam por sua função educativa (ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 9.060, 1949). Segundo a legislação do Exército do ano de 1942, que regulamentava as cerimônias militares, “o cerimonial militar [...] constitui uma afirmativa pública da disciplina e da educação militar da tropa” (MINISTÉRIO DA GUERRA. Decreto n. 8.736, 1942). Assim, além do caráter pedagógico, as solenidades militares afirmam publicamente a disciplina e a hierarquia, pois um militar disciplinado cumpre as ordens superiores, demonstra respeito à hierarquia e possui atitudes que expressam os valores institucionais.

Para cumprir com sua função pedagógica, as comemorações da Polícia Militar do Estado do Paraná são constituídas por um conjunto de atividades especificadas pela legislação e divididas em

- a) uma parte recreativa, constituída de prova de hipismo, atletismo, tiro, esgrima, jogos esportivos e outros de natureza militar;
- b) uma parte ilustrativa, constituída de conferências ou palestras em que se relembrem não só a data comemorada, como outros fatos notáveis da história militar do Brasil.

§ 1º - Estas festas poderão comportar ainda:

- a) [a] formatura da Corporação ou de uma de suas Unidades;
- b) [as] reuniões internas de caráter social, às quais poderão comparecer civis. (ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 9.060, 1949)

A leitura dos Boletins Gerais publicados ao longo do século XX nos permite observar que as competições esportivas, as palestras e os desfiles militares nos quartéis ou em vias públicas, são atividades que compunham as comemorações na Polícia Militar do Paraná no início do século XX e que com algumas alterações se mantém até os dias atuais. No convite de Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná do ano de 1977 é publicada a programação das atividades alusivas à festividade, que inclui a Missa de Ação

de Graças na Capela da Polícia Militar, a Corrida Rústica e o Desfile Policial Militar. No ano de 1998, a programação é composta por várias atividades, sendo que, a abertura oficial foi constituída pela realização de uma solenidade militar e de um Baile de Aniversário, que ocorreu no dia 31 de julho. Ao longo dos dias que antecederam o dia 10 de agosto daquele ano, quando a instituição comemorou seus 144 anos de existência, destacam-se os seguintes eventos: a Prova Hípica, o Passeio Ecológico, o Passeio Ciclístico, o Culto Evangélico e a Missa Solene na Catedral de Curitiba. O encerramento das comemorações iniciou na manhã do dia 10 de agosto com o Desfile Policial Militar, que ocorreu no Quartel do Comando Geral, localizado na capital do Estado, e nos quartéis dos Comandos dos Batalhões do Interior; e terminou à noite com a apresentação da Banda de Música da Polícia Militar no Teatro Guaíra, também na capital.

A comparação entre o texto da lei e as práticas comemorativas realizadas do final da década de 1970 e as do final da década de 1990, mostra que as celebrações religiosas são atividades presentes na programação, mas não especificadas na legislação que regulamenta as comemorações militares. Embora o Estado seja laico, a Polícia Militar, uma das instituições armadas do Estado, realiza eventos oficiais de caráter religioso. Esse fato indica uma ligação histórica entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica. Além das atividades religiosas, destacam-se as competições esportivas e o desfile policial militar.

Essas três partes das comemorações – a religiosa, a esportiva e o desfile – reconstróem uma tradição secular. Um conjunto de práticas rituais que legitimam as virtudes do guerreiro, a qual é percebida na ligação deste com a divindade (a proteção divina), na sua ação durante a competição (o combate) e no reconhecimento de sua honra (a glória do herói). Em suas reflexões sobre o jogo, Johan Huizinga identifica que o potlatch pode ser uma festa solene ou um ritual, marcada pela honra, como “o mundo da cavalaria e do heroísmo, dominado pelos brasões e nomes ilustres, onde prima a nobreza de linhagem” (HUIZINGA, 1971. p. 68). Logo, afirma o autor, é o “jogo pela honra e pela glória” (HUIZINGA, 1971. p.70). Tomando como base essas afirmações, podemos dizer que as comemorações militares, das quais fazem parte as solenidades comemorativas analisadas, também são lugares de distribuição de honra e heroísmo.

Entre as práticas que destacam a honra e a glória dos agentes institucionais estão as atividades esportivas e a entrega de medalhas. Nas atividades esportivas, que antecedem a solenidade policial militar, destacam-se a força e a destreza dos atletas da instituição. Os vencedores desses combates esportivos recebem as condecorações (medalhas) e o reconhecimento da sua habilidade, força e bravura.

Durante a solenidade, que culmina com o desfile da tropa diante do Comando Geral, também são distribuídas condecorações aos policiais. O exame da vivência dos agentes na família militar, termo presente na legislação institucional, permite ao Comandante identificar aqueles que assu-

miram as virtudes identificadoras da instituição. Pela verificação das fichas funcionais dos agentes, identificam-se os que dignos de honra, e estes são condecorados, pois por suas atitudes, norteadas pela disciplina e pelo respeito à hierarquia, conquistaram o mérito de receber um símbolo do reconhecimento institucional das suas virtudes: a medalha. Um ato simbólico de prestígio, glória e poder, pois os agentes que recebem as medalhas ocupam um lugar de destaque na solenidade, conforme si observa na representação gráfica publicada pela instituição (Figura).

A visualização da disposição dos agentes na formatura militar – da tropa, dos guarda-bandeiras, dos comandantes de grupamento, comandante de tropa, do Comandante Geral e dos demais envolvidos – é uma afirmação pública da hierarquia e da disciplina, que constituem a ordem que distribui os agentes segundo seu posto e sua honra. Os convidados (autoridades, familiares dos policiais, imprensa etc) que assistem à solenidade são testemunhas desta ordem e contribuem para legitimá-la.

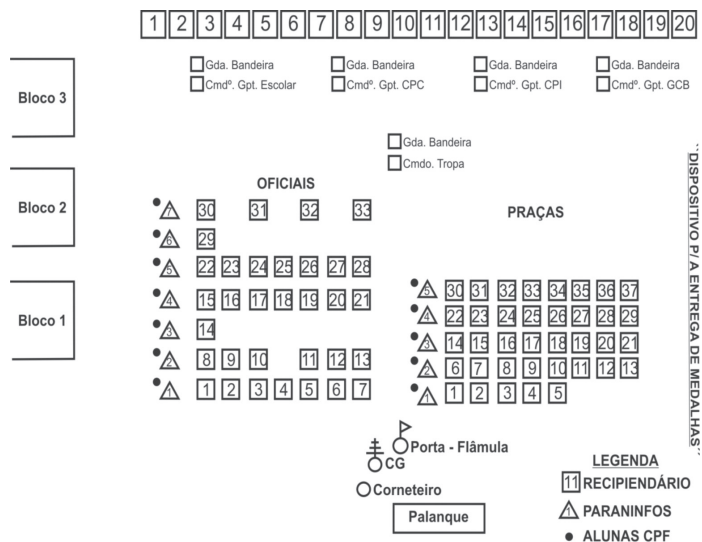


Figura – Dispositivo para entrega de medalhas no aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná

Fonte: Boletim Geral n. 146, 02 de agosto 1990. Desenho: ANSBACH, O.

Na figura, os agraciados estão diante da Bandeira Nacional, posicionada no centro, e o Comandante Geral está à direita dela, ocupando um lugar que representa o poder do cargo. A tropa está ao fundo, identificada pelos quadrados numerados de 1 até 20, à sua frente estão as insígnias¹⁰

¹⁰1) A Insígnia de Comando, Chefia ou Direção é um símbolo representativo de Comandante, Chefe ou Diretor de Organização Policial-Militar e de suas frações.

dos quartéis e os respectivos comandantes de fração de tropa. Diante dos comandantes das frações está o comandante da tropa. Essa disposição espacial dos agentes na cerimônia expressa uma divisão do poder simbólico que a instituição cede a eles em função do lugar que se ocupa na cerimônia. A divisão dos agraciados, entre praças e Oficiais, indica mais uma divisão de poder simbólico existente na instituição. Outra divisão é expressa na disposição daqueles que receberam as medalhas, pois cada linha de agraciados corresponde a diferentes medalhas – de ouro, prata, bronze, de Sangue e outras – que estão relacionadas às suas conquistas e expressam o reconhecimento da instituição à honra conquistada. O símbolo de honraria entregue aos agraciados é ambíguo, pois se os identifica como policiais honrados diante da coletividade há diferenças entre os símbolos de honraria, que são cedidos pela instituição independentemente da posição hierárquica do agraciado. Dessa forma, um agente em uma posição inferior na hierarquia pode receber uma honraria cujo significado simbólico é superior à honraria recebida por seu superior hierárquico. As diferentes formas de distribuição e reconhecimento da honra entre os agentes institucionais indicam uma complexa distribuição de poder simbólico no espaço militar.

O lugar ocupado pelos agentes no espaço representa o poder simbólico que cada um adquiriu na instituição e está vinculado à honra daquele que se encontra naquela posição, pois a precedência é uma forma de significar a honra. Para Robert Hertz o lado direito e a mão direita representam o poder, a honra, a bravura e a virilidade. A direita também é o espaço do sagrado, “é o lado direito do homem que se dedica ao deus da guerra [...], é portanto apenas a mão direita que irá carregar e manejar a arma”. (HERTZ, 1980, p. 119) Todavia, além do poder simbólico do lado direito, como um lugar de honra, o centro e a posição em um local mais elevado são sítios de honra nas instituições militares, assim como a cabeça está relacionada a gestos que

2) A Insignia de Comando destina-se não só a assinalar a presença do Comandante, Chefe ou Diretor, como também realçar a precedência hierárquica dos policiais-militares que a elas tenham direito de uso.

As cores heráldicas da PMPR, usadas nas Insignias de Comando e Estandarte, são: azul, verde e vermelha, com a seguinte significação:

a. Azul: é o símbolo da justiça, da verdade, da lealdade, da serenidade e da caridade. Os que têm a cor azul em suas armas são obrigados a prestar socorro aos socialmente injustiçados. Por representar, também, a realeza e a majestade, impõe à Corporação a responsabilidade de proteção à comunidade em que está inserida.

b. Verde: é a cor representativa da esperança, da fé, do respeito e da amizade. Simboliza, além disso, a cortesia, atributo que deve caracterizar os responsáveis pela manutenção da ordem pública.

c. Vermelha: representa a coragem, a valentia, o sangue derramado a serviço do Estado. Aqueles que a levam em suas armas devem ter a justiça como norma de procedimento. É a cor dos guerreiros e simboliza, ainda, a intrepidez, a fortaleza, o valor e a vitória. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Portaria do Comando Geral, n. 651. 1.ª Seção do Estado Maior, 27 de outubro de 1982.

significam a honra e poder. Conforme afirma Julian Pitt-Rivers, a cabeça é importante nos ritos de consagração e dessacralização; nos gestos de saudação e nas execuções. (PITT-RIVERS, 1992) Seja na saudação militar ou na retirada do chapéu como sinal de reverência, a cabeça constitui uma parte do corpo que indica honra. Elevar a mão direita até a cabeça, um gesto de saudação entre os militares, expressa relações de poder, pois demonstra o respeito ao superior hierárquico. Assim, o lado direito e a cabeça simbolizam a honra e a hierarquia na ordem institucional. Os lugares ocupados pelos comandantes militares nas cerimônias – no centro do palanque, em frente à tropa e à direita – são posições que destacam sua honra e sua superioridade hierárquica.

Essa espacialização simbólica da hierarquia indica que há diferentes níveis de honra dentro da instituição, pois está vinculada à virtude e à virilidade, e a solenidade é um lugar de afirmação da honra investida nas posições hierárquicas. Segundo Johan Huizinga, “o ideal viril da virtude está sempre ligado à convicção de que a honra para ser válida, deve ser publicamente reconhecida [...]” (1971, p. 73). Assim, as solenidades são lugar de reconhecimento, legitimação e distribuição de honra, portanto estabelecem a existência de diferentes masculinidades na instituição, as quais tendem a serem absorvidas pela construção de uma identidade institucional. A entrega das medalhas coloca em evidência a diferença e, mesmo buscando construir uma homogeneidade, característica das comunidades imaginadas, a Polícia Militar do Estado do Paraná necessita destacar a diferença entre os agentes institucionais, pois a honra institucional está vinculada à hierarquia e às condecorações.

A espacialização do poder e da honra presente nas solenidades, durante os procedimentos de entrega de medalhas e no desfile da tropa diante das pessoas que ocupam cargos reconhecidos como merecedores das honrarias prestadas por ela, expressa as diferenças na distribuição simbólica da honra no espaço institucional. Essas diferenças tendem a ser ocultadas nas Ordens do Dia, pois todos os policiais militares figuram como herdeiros da herança deixada pelos heróis. Porém, os heróis, que encarnam a identidade institucional, ocuparam posições superiores na hierarquia, fato que torna os Oficiais os legítimos herdeiros e transmissores das virtudes da instituição.

Mesmo que todos os presentes sejam identificados na Ordem do Dia como milicianos das araucárias, a herança deixada pelos heróis é distribuída aos herdeiros em função da sua posição na hierarquia e das suas virtudes. Para Johan Huizinga, é a virtude que torna um homem digno de honra e “capaz de lutar e comandar” (1971, p.72). Conforme afirma esse autor, a virtude está historicamente relacionada à masculinidade e à virilidade, na Grécia, na Arábia, no Japão e na Europa Medieval. Assim, observa-se que nas instituições militares a honra é identificadora de masculinidades, pois os

valores e as virtudes identificadoras da instituição estão atrelados à hierarquia e à distribuição de honras pelo Comandante Geral.

Portanto, a solenidade da Polícia Militar permite visualizar a hierarquia das masculinidades constituídas pela instituição.

Considerações finais

A masculinidade hegemônica das instituições militares tende a ocultar a pluralidade de masculinidades incorporadas por seus agentes, bem como as construídas pela hierarquia institucional e pela distribuição da honra. Os heróis que foram Oficiais Militares são os símbolos que transmitem a identidade institucional, pois são herdeiros de uma masculinidade que constitui o ideal institucional. A permanência da tradição e da memória coletiva construtoras da identidade institucional resulta em um ordenamento do espaço institucional pautado pela masculinidade militar, que exclui as feminilidades e outras masculinidades. Todavia, a identidade coletiva, que objetiva construir a ideia de permanência e homogeneidade, revela que a constituição das masculinidades identificadoras dos policiais militares e da instituição é complexa e contraditória. É difícil definir as fronteiras entre masculinidades, as quais se tornam mais complexas com o ingresso de mulheres na instituição. A presença feminina é mais uma contradição na construção da identidade coletiva, que reforça a necessidade de a instituição afirmar sua identidade masculina, legitimando o espírito militar como pertencente aos homens.

As características identificadoras da instituição apresentadas nas solenidades são dirigidas para corpos masculinos e orientam as práticas institucionais. A referência constante à tradição legitima a ordem institucional, naturalizando as diferenças. A permanência desta construção simbólica de domínio de masculinidades é um indício da permanência das diferenças de gênero que subordinam o feminino ao masculino e definem os espaços dos homens e das mulheres nas instituições. As identificações generificadas constituídas e mantidas nas cerimônias da Polícia Militar existem para além das vontades individuais dos policiais, pois orientam práticas institucionais herdadas e legitimadas pela tradição e pela memória, que identificam a instituição como um espaço de guerreiros. A memória e o culto aos heróis patronos os tornam guias e modelos que representam o ideal de militar e de “miliciano das araucárias”, encarnações perfeitas do “espírito militar”.

A história que a instituição policial militar construiu para si, expressa nas solenidades e nas obras publicadas no final do século XX, é caracterizada pela afirmação de uma identidade de militar. O combate é central na construção das narrativas, enquanto a identidade de policial figura em segundo plano.

Portanto, a identidade de policial militar só pode existir encarnada

em corpos masculinos e em corpos simbólicos – os heróis. Com a criação da Polícia Feminina, a instituição iniciou a constituição de uma identidade para a Policial Feminina e de um espaço feminino dentro da instituição masculina. Tal espaço se constituiu em uma contradição que ao mesmo legitimava a masculinidade e rompia com o predomínio masculino. Uma existência que re-afirmou a identidade institucional masculina, mas também rompeu que essa identidade.

O olhar sobre o lugar ocupado pela Polícia Feminina nas comemorações permitirá aprofundar a análise da distribuição de capital simbólico expressa no ordenamento da tropa no decorrerem das cerimônias. Um problema para outro artigo.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

ARANGO, G.; LEON, M.; VIVEROS, M. Introducción - Estudios de género e identidad: desplazamientos teóricos. In: _____. **Género e identidad: ensayos sobre lo femenino y lo masculino**. Bogotá, Colombia: Ediciones Uniandes; Editores Tercer Mundo, 1995, p. 21-35.

BACZKO, B. Imaginação social. In. **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 309-310.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds). **Masculinidades: Poder y Crisis**. Santiago, Chile: Ediciones de las mujeres, n. 24, 1997, p. 31-48. Disponível em: <<http://www.pasa.cl/biblioteca/>

La Organización Social de la Masculinidad_ Connel,_Robert.pdf>. Acesso em: 15 jan 2009, p. 15-16.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. Educação e realidade. Vol. 20 n. 2, 1995, p. 185-206.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**. Vol.19, 2005, disponível em: <<http://gas.sagepub.com>>. CAPES, acesso em: 27 mai 2009.

FREITAS, James Deam Amaral. Continuidades e rupturas nos estudos de gênero – historiografia de um conceito. **OP SIS** - Revista do Curso de História/UFG/CAC, Catalão, v. 11, n. 1, p. 15-30, 2011.

GAUTHERON, M. (org.) A honra: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992. PERISTIANY, J. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

GUILMANN, E. **Uniformes da Polícia Militar do Paraná**: histórico do fardamento da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de 1854-2004. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Revista Religião e Sociedade**, v. 6, 1980, p. 99-128.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 72-73.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Possibilidades de diálogos**: classe e gênero. História Social, Campinas, SP, n. 4/5, p. 135-156, 1997/1998.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 77-98, 2005.

PITT-RIVERS, J. A doença da honra. In: GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 17-41.

SCOTT, J. **Fantasy Echo**: história e a construção da identidade. Labrys: Estudos feministas, n. 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>>. Acesso em: 04/02/2009.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, n. 20, vol. 2, p. 71-99, 1995.

VERNANT, J. A bela morte de Aquiles. In: GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 33-41.

Fontes:

ANSBACH, O. **Desenho**: Dispositivo para entrega de medalhas. In: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Boletim Geral n. 146, 02 de agosto de 1990.

BRASIL. Decreto nº 88.513, de 13 jul. de 1983, **Regulamento de conti-nências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas**. Brasília: Ministério do Exército, 1983.

MINISTÉRIO da Guerra. Decreto n. 8.736, **Regulamento de continên-cias, honras e sinais de respeito das Forças Armadas**. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1942.

PARANÁ. Decreto n. 9.060, **Regulamento Interno e de Serviços Gerais – RISG**. Curitiba, 01 de dezembro de 1949.

POLÍCIA Militar do Paraná. **Boletim Geral** n. 078, 27 de abril de 1977.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Especial** n. 3, Curitiba, 10 de agosto 1988.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Especial** n. 3. Curitiba, 10 de agosto de 1978.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Especial** n. 3. Curitiba, 10 de agosto 1984.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Especial**. Curitiba, 10 de agosto de 1947.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Especial**. Curitiba, 10 de agosto de 1984.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Especial**. Curitiba, 10 de agosto de 1998.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Geral** n. 180. Curitiba, 10 de agosto de 1936.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Boletim Geral** n. 181. Curitiba, 10 de agosto de 1934.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Portaria do Comando Geral**, n. 651. 1.ª Seção do Estado Maior, 27 de outubro de 1982.]

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Portaria do Comando Geral**, n. 651. 1.ª Seção do Estado Maior, 27 de outubro de 1982.

POLÍCIA Militar do Estado do Paraná. **Portaria** n. 538. Curitiba, 15 de dezembro de 1976.

ROSA, J. **Campanha do Contestado**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Mi-litar, 1998.

ROSA, J. **Combate do Irani**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1998.

ROSA, J. **Epopéia da Lapa**: ação heróica da Polícia Militar do Paraná em defesa do regime republicano (1893-1894). Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1999.

ROSA, J. **Guerra do Paraguai**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2000.

ROSA, J. **Revolução de 1924**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2001.

ROSA, J. **Revolução de 1930**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2002.

ROSA, J. **Revolução de 1932**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2004.

Recebido em 12/02/2013, aceito em 05/09/2013